



359

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135214-97.2009.8.17.0001 (0294713-9
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: DIOGENES GALDINO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GUSTAVO CINTRA PAASHAUS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO
PROCURADORA: DRA. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTO QUALIFICADO. PEDIDO PARA RECORRER EM LIBERDADE. REJEIÇÃO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS QUE COMPROVAM A DENÚNCIA. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. EXORBITÂNCIA DA PENA APLICADA. INEXISTÊNCIA. PENAS-BASE JUSTAS E ADEQUADAS AO CASO CONCRETO. ATENUANTE DA MENORIDADE. RECONHECIMENTO. SANÇÃO EM DEFINITIVO REDUZIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não basta a mera primariedade do agente e o fato de possuir residência fixa e ocupação lícita para que, de modo automático, a ele se conceda o benefício de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade. Incumbe ao Juiz de Direito verificar a natureza do ilícito praticado e suas circunstâncias para aferir a necessidade da segregação do agente. Preliminar rejeitada.
2. Para que haja absolvição por insuficiência de provas é necessário que não se tenha construído um universo sólido de elementos comprobatórios da participação do réu para o delito.
3. Estando a autoria do apelante demonstrada, de modo insofismável, pelas declarações das vítimas, confirmada pelos depoimentos dos policiais, que reconheceram aquele como autor do delito, impõe-se a condenação.



360

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

4. Pena definitiva fixada em patamar modesto, mas que entendeu o julgador suficiente à reprovação do ilícito, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal. Todavia, deve ser reconhecida a atenuante da menoridade em favor do Apelante, redimensionando a reprimenda definitiva para 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias de reclusão.

5. Apelo parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Apelação Criminal nº 0135214-97.2009.8.17.0001 (0294713-9)**, em que figuram, como Apelante, **Diógenes Galdino da Silva** e, como Apelado, o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, acordam os Senhores Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na Sessão realizada hoje, em **dar provimento parcial ao recurso, com redimensionamento da pena, totalizando 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias de reclusão.**, tudo de acordo com a ata de julgamento, votos e notas taquigráficas, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 28 / 05 / 2011


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135214-97.2009.8.17.0001 (0294713-9
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: DIOGENES GALDINO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GUSTAVO CINTRA PAASHAUS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO
PROCURADORA: DRA. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

RELATÓRIO

Recorre, **Diogenes Galdino da Silva**, inconformado com a decisão de **fls. 277/283**, que o condenou às penas de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 32 (trinta e dois) dias-multa, equivalente cada um a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por infração ao artigo 157, § 2º, incisos I e II c/c art. 70, todos do Código Penal¹.

Extraí-se dos autos que juntamente com o Recorrente foram denunciados outros 02 réus, a saber: Eudes Marques Agra Pereira e Reginaldo Antônio da Silva Filho. Contudo, repousa, à **fl. 293**, certidão de trânsito em

¹ **Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

Concurso formal

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

348
fj

Julgado referente ao primeiro corrêu, com a consequente expedição da Carta de Guia Definitiva de **fl. 299**. Em relação a Reginaldo Antônio, repousa à fl. **330**, sentença de extinção da punibilidade por óbito.

Em suas razões recursais de **fls. 318/324**, pugna o Apelante, preliminarmente, que lhe seja deferido o direito de apelar em liberdade. No mérito, requer a absolvição da imputação do crime de roubo, sob o argumento de que não participou da prática delitiva, e nem mesmo sabia que o veículo era roubado. Insurge-se ainda contra a dosimetria da pena, alegando exacerbação da sanção aplicada e, por fim, requer a aplicação da atenuante de menoridade.

Nas contrarrazões, de **fl. 326/327**, o Ministério Público, opina pelo não provimento do recurso e conseqüente manutenção da sentença prolatada.

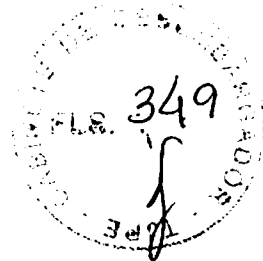
A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, através de parecer da Dra. Giani Maria do Monte Santos R. de Melo (folhas 341/344), opina pelo não provimento do recurso, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

É o relatório.

Embora tenha pedido, em sede de preliminar, para recorrer em liberdade, tal matéria deve ser analisada em sede de liminar, porquanto, restaria prejudicado o pleito se analisado apenas por ocasião do julgamento do apelo. Sendo assim passo a apreciação do pedido:

Consoante o art. 393, inciso I, do Código de Processo Penal, um dos efeitos da sentença condenatória recorrível é "ser o réu preso ou **conservado na prisão**, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança" (grifos nossos).

O que se obsta, na verdade, é que o réu seja recolhido ao cárcere em decorrência unicamente da condenação recorrível, sem qualquer fundamentação que justifique a imposição da custódia.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Isso porque, consoante o art. 387, parágrafo único, da Lei Adjetiva Penal, o juiz, ao proferir sentença condenatória, "decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta".

A redação do referido dispositivo foi conferida pela recente Lei nº 11.719/2008, levando doutrinadores a concluir que não mais subsistia, como espécie autônoma, a antiga prisão decorrente de sentença condenatória recorrível, visto que, na atualidade, a segregação decretada no *decisum* condenatório deve ter por fundamentos os mesmos da prisão preventiva, tornando-se, na prática, mero desdobramento desta.

Assim sendo, basta, para a aplicação da custódia cautelar, que o juiz entenda verificados os requisitos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Vejamos, por oportuno, como se pronunciou a magistrada sentenciante ao manter a segregação cautelar:

"Os réus encontram-se presos, por força de prisão em flagrante. Em liberdade representam risco a Ordem Pública, pois, assaltam armados e ameaçam as vítimas, causando instabilidade social. Dessa forma, nego-lhes o direito de apelar em liberdade, devendo permanecer presos, pois flagrantemente perigosos, com divisão de tarefas na empreitada criminosa, agindo em conjunto, tornando impossível a defesa das vítimas." (fls. 282)

Da análise desse excerto, forçoso é concluir que a Juíza *a quo*, fazendo remissão à decisão anteriormente prolatada, logrou apresentar motivos suficientes para que o Recorrente tivesse contra si mantida a prisão cautelar,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

350
f

destacando o *modus operandi* utilizado pelo acusado e seus comparsas para a prática delitiva.

Finalmente, restou consignado na sentença que os pressupostos que ensejaram a prisão cautelar do acusado continuam presentes, devendo se destacar ainda necessidade de aplicação da lei penal, na medida em que agora existe um título executivo judicial que impõe pena privativa de liberdade ao apelante.

Nesse sentido:

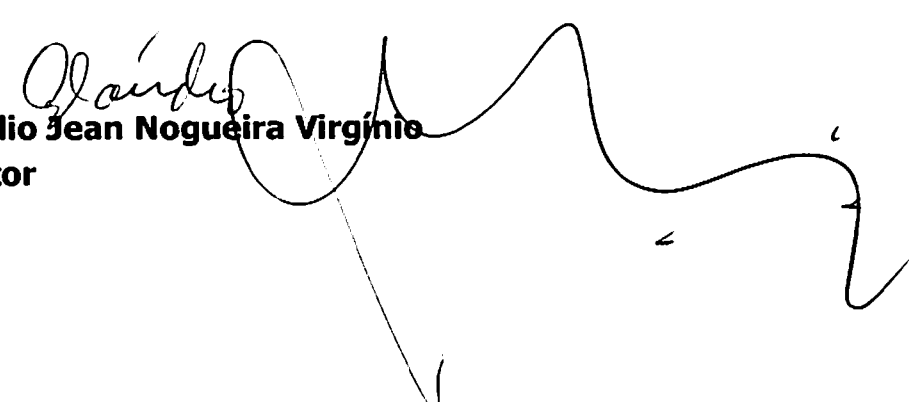
"Habeas corpus Impetração objetivando o direito de apelar em liberdade Réu condenado pela prática de crimes hediondos (atentado violento ao pudor, por duas vezes, em concurso material), que, ademais, respondeu preso ao processo. Necessidade da manutenção da custódia cautelar, por persistirem os fundamentos que motivaram a sua decretação. Alegação de insuficiência de provas que deverá ser apreciada no recurso de apelação interposto Ordem parcialmente conhecida e denegada" (TJSP – Habeas Corpus nº 990.10.363788-7. Relator: Des. Sérgio Coelho. 9ª Câmara Criminal. Data de Julgamento: 18/11/2010)

Com esses fundamentos, fazendo-se necessária a manutenção da custódia como forma de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, **indefiro o pedido do réu de recorrer em liberdade.**

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Após, à douta revisão.

Recife, 22 / 08 / 2013


Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



381

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135214-97.2009.8.17.0001 (0294713-9
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: DIOGENES GALDINO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GUSTAVO CINTRA PAASHAUS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO
PROCURADORA: DRA. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

VOTO

Diógenes Galdino da Silva (ora apelante) foi denunciado e condenado por roubo duplamente qualificado (pelo uso de arma e por concurso de pessoas), em concurso formal.

Narra a denúncia que no dia 05/09/2009, por volta das 19:00 horas, na Rua São Caetano, no Bairro de Campo Grande, nesta capital, o ora Apelante, em companhia de Reginaldo Antônio da Silva Filho (falecido – fl. 178), Eudes Marques Agra Pereira, e do adolescente A.R.F dos S., subtraíram da vítima Flávio dos Santos Valença, o veículo Fiat Pálio, placas HDJ 9334, 02 aparelhos celulares, documentos pessoais, cartão de crédito do banco Itaú, cartão de seguro saúde e do veículo, além de R\$ 30,00 (trinta reais) em espécie. Na mesma ocasião, também subtraíram da vítima Péricles Rodrigues Gouveia, cartões do Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, cartão de crédito, 02 capacetes de motoqueiro, uma camisa oficial do Sport Clube, a chave da ignição de sua motocicleta e 40,00 (quarenta reais) em dinheiro.

A autoria resta incontestada, apesar da negativa por parte do acusado.

Os depoimentos na fase inquisitorial foram corroborados por aqueles prestados em juízo e apontam a autoria do apelante, vejamos:



362

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

O Policial Militar **Emilio Erasmo de Souza Filho** (fl. 175/176) declarou que foi solicitado, através do CIODS, para que sua viatura seguisse até a Praça da Jaqueira, acrescentando que sua participação se resumiu em conduzir os presos para o hospital e depois para a delegacia, uma vez que ao chegar ao local estes já haviam sido detidos pelos policiais Luciano e Adevaldo. Noticiou que os detidos estavam sendo acusados de assalto e o carro em poder deles era roubado. Disse ainda que após colidirem com outro veículo, os réus tentaram fugir, mas foram detidos por populares.

A testemunha **Edevaldo Rodrigues Gomes**, soldado PMPE, ratificou as declarações da primeira testemunha e detalhou que estava de serviço e foi informado da colisão por populares. Detalhou que os ocupantes de um dos carros tentaram se evadir como se tivessem envolvimento em um assalto. Afirmou que foi o depoente quem perseguiu o acusado Reginaldo Antonio, hoje falecido, e que os demais acusados foram capturados por populares. Disse que os réus alegaram que o veículo havia sido emprestado por um desconhecido, mas logo em seguida chegou outra viatura informando que o carro havia sido roubado em Campo Grande na noite anterior, informação essa ratificada pelas vítimas (fl. 254)

Esclarecedor é o depoimento da vítima **Flávio dos Santos Valença** (fl. 174/175). Afirmou que por volta das 19:00h estava saindo do seu prédio quando foi abordado, já dentro do seu carro, **por 4 elementos** que pararam o carro ao lado do veículo do declarante, um Fiat Palio 2006. Disse que estava acompanhado do seu cunhado, ocasião em que **os 4 elementos desceram**, estando um deles armado e apontando a arma para o declarante. Afirmou que subtraíram seus dois celulares, sua carteira, documentos do banco, plano de saúde, RG, CPF, acrescentando que só a habilitação foi recuperada. Detalhou que os dois elementos que desceram do carro abordaram diretamente o SSC

6



363

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

declarante e o seu cunhado e que os outros dois, que continuavam no carro, ou seja, no veículo dos assaltantes, desceram do automóvel e **não participaram diretamente da abordagem, porém passaram para o banco de trás do carro do declarante**, esclarecendo que os dois primeiros, um assumiu a direção e outro ficou no banco do carona. Relatou que eles abandonaram o carro em que estavam anteriormente e que o seu automóvel foi achado às 05:00h do outro dia em uma colisão no parque da Jaqueira, ocasião em que a polícia prendeu os quatro assaltantes. Asseverou que **na polícia reconheceu os quatro como sendo os autores do assalto sofrido, sem qualquer dúvida**. Declinou que o que estava com a arma foi o acusado Eudes, e o reconheceu na delegacia; que o que estava dirigindo era o acusado Reginaldo e que **Diógenes foi o que ficou atrás e apenas trocou de carro e ficou no banco de trás do carro do declarante**. Finalmente, narrou que quando estava de mãos para cima, os acusados determinaram que fosse rápido dizendo : "*Bora, Bora, você quer morrer?*"

Por sua vez, o também ofendido **Péricles Rodrigues Gouveia**, após ratificar as declarações anteriores acrescentou que cerca de 30 minutos depois do assalto que sofreu apareceram os proprietários do outro carro que estava em poder dos assaltantes e reconheceram o veículo deles como o que fora roubado.

É certo que ocorre a coautoria quando mais de uma pessoa realiza as características do tipo penal, ou seja, a ação de cada coautor caracteriza-se pela cooperação consciente, conjugando esforços com a intenção da produção do mesmo resultado. Assim sendo, responde, na medida de sua culpabilidade, pelo resultado alcançado.



364

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Dessa forma, diante dos depoimentos prestados de forma coerente e convergente pelos ofendidos, mostra-se fantasiosa a tese defensiva de que o Apelante apenas estava "de carona" no veículo roubado.

Portanto, sendo os depoimentos acordes e firmes conjugados ao flagrante e à circunstância deste, não há como se infirmar a sentença condenatória.

No que tange ao pedido de diminuição da pena, merece parcialmente prosperar.

A pena-base de 05 (cinco) anos encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos do art. 59 do Código Penal, pois o critério para a sua aplicação depende da avaliação do magistrado sentenciante ao examinar as circunstâncias de natureza subjetivas e objetivas na prática do delito. Tendo a juíza se baseado em aspectos relevantes, não poderia a reprimenda deter-se no mínimo legal estabelecido.

Note-se que a magistrada sentenciante destacou algumas circunstâncias desfavoráveis ao Apelante, a saber: a) personalidade astuciosa e perigosa, já que assaltam armados e ameaçam as vítimas com um revólver; b) Consequências do Crime : O crime chegou a se consumir e a res furtiva não foi totalmente recuperada, tendo em vista a colisão do carro e c) as vítimas não contribuíram para a produção do resultado.

Assim sendo, ao reverso do invocado, entendo que a pena foi corretamente fixada acima do mínimo legal, não se afigurando excessiva, nem demasiadamente branda, mas justa, adequada e idônea, em quantidade suficiente para reprimir a prática da infração, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal.

cf



365

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Todavia, realmente laborou em equívoco a Douta Magistrada em não considerar a atenuante da menoridade em favor do Recorrente, devendo, dessa forma, ser refeita a dosimetria em seu favor.

Mantida a pena-base em 05 (cinco) anos, deve ser a mesma diminuída em 06 (seis) meses, em razão da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I), resultando no *quantum* de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Não existem agravantes a serem consideradas. Em razão das qualificadoras do roubo (incisos I e II, do §2º, do art. 157), deve ser mantido o aumento de 2/5, perfazendo a sanção por tal delito em 06 anos e 03 meses e 18 dias de reclusão. Nos termos do artigo 70 do CP, deve a pena ainda ser majorada em 1/6, chegando-se à **reprimenda total e definitiva de 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias de reclusão.**

Com esses fundamentos, **voto pelo provimento parcial do presente recurso, reformando a sentença de fls. 277/283, no que pertine à dosimetria da pena, a qual reduzo nos termos acima descritos, mantendo-se a sentença impugnada em todos os demais termos.**

Recife, 28/05/2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0135214-97.2009.8.17.0001 (0294713-9)
COMARCA : RECIFE – 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE : DIOGENES GALDINO DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por DIOGENES GALDINO DA SILVA, inconformado com a decisão de fls 277/283, em data de 20.05.2011, que o condenou à pena de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses de reclusão cumulada com o pagamento de 32 (trinta e dois) dias-multa, pela prática no crime previsto pelo art. 157, § 2º, inciso I, II c/c o art. 70, todos do Código Penal.

Sobre o fato criminoso, a Denúncia de fls. 02/04, relata que o Apelante, no dia 06 de setembro de 2009, em sociedade com mais dois denunciados de nomes, Reginaldo Antonio da Silva Filho e Eudes Marques Agra Pereira, e mais o adolescente André Régis Ferreira dos Santos, às 19h00, na Rua São Caetano, bairro de Campo Grande, nesta cidade, todos de comum acordo e divisão de tarefas, através de grave ameaça com emprego de arma de fogo, subtraíram da vítima FLÁVIO DOS SANTOS VALENÇA, o veículo Fiat Palio, placa HDJ 9334, dois aparelhos celulares, sendo um da marca Motorola e outro Nokia, ambos com chips e documentos diversos e mais a importância de 30,00 (trinta) reais. Na mesma ocasião os Acusados subtraíram da vítima PÉRICLES RODRIGUES GOUVEIA cartão do Banco Itaú e CEF, dois capacetes de motoqueiro, uma camisa oficial do Sport Club, uma chave de ignição da moto e R\$ 40,00 (quarenta reais).

Narra ainda a inicial que, no instante em que as vítimas estavam ingressando no veículo de propriedade da primeira delas, foram abordadas pelos Acusados e o adolescente. Os quatro Réus estavam em um carro, do qual Eudes Marques, que ocupava o banco



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



do carona ao lado do motorista, desceu do veículo de arma em punho e abordou a vítima Flávio, ordenando que descesse do seu carro e lhe entregasse os pertences, instante em que as duas vítimas atenderam a referida determinação. Na sequência, o Apelante DIOGENES GALDINO e o menor de idade ingressaram de imediato no veículo Palio do ofendido, enquanto o outro Acusado, Reginaldo Antônio, permaneceu com a mão na cintura, demonstrando que também estava armado. Em seguida, os Acusados, após subtraírem os pertences das vítimas, se evadiram de posse do veículo do Sr. Flávio.

Conta dos autos que, no dia seguinte, aproximadamente às 05h30, ainda quando os Acusados trafegavam com o veículo subtraído, estando o Acusado Eudes Marques na direção, ao passarem pela Rua Pedro Pires Ferreira, eles colidiram com o Palio em outro automóvel e, após a colisão, tentaram deixar o local caminhando. Porém, populares desconfiaram dessa ação e informaram aos policiais, os quais, após abordá-los, tomaram ciência que o aludido veículo era produto de roubo.

Através, ainda, dos autos verifica-se que os outros dois Denunciados, Eudes Marques Agra Pereira e Reginaldo Antônio da Silva Filho, não recorreram da sentença, eis que, com relação ao primeiro, consta dos autos às fls. 293, a certidão de trânsito em julgado, com a expedição da Carta de Guia Definitiva de fls. 299. Quanto ao segundo, através da decisão de fls. 330, foi extinta a sua punibilidade em face de seu falecimento,

Em suas Razões de Apelação, compreendidas entre as fls. 318/324, o Apelante pleiteia, preliminarmente, o seu direito de apelar em liberdade. No mérito, requer sua absolvição fundamentando acerca da inexistência de provas concretas de sua participação no delito em questão e, que não tinha ideia que aquele veículo era objeto de roubo. Solicita também a redução da pena imposta por entendê-la exagerada e, finalmente, pede a aplicação da atenuante da menoridade.

O Ministério Público apresentou as contrarrazões às fls. 326/327, justificando pelo não provimento da Apelação para que a decisão monocrática seja confirmada em todos os seus termos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 341/344, pugnano pelo não provimento da presente Apelação.

No que se refere ao pedido do Apelante em sede preliminar, no sentido que lhe seja conferido o direito de apelar em liberdade, verifico nos autos que o Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio, Relator do presente Recurso, ao apreciar o aludido pleito, o indeferiu, por entendeu que os pressupostos que determinaram a prisão cautelar do ora Recorrente ainda permanecem presentes, fazendo-se necessária a conservação de sua prisão como forma de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, conforme se observa no Relatório lançado às fls. 347/350. Resta, portanto, prejudicada tal análise.

Compulsando detalhadamente os autos, observo que os argumentos da Defesa merecem amparo parcialmente. Quanto à autoria delitiva, não vejo como acolhê-los em face das provas existentes no conjunto probatório serem concretas e irrefutáveis a esse respeito. Já quanto à dosimetria da pena que foi imposta ao Apelante DIOGENES GALDINO DA SILVA, compreendo que houve incorreção quanto à falta do reconhecimento da atenuante da menoridade.

Observa-se inicialmente que a autoria criminosa restou cabalmente comprovada através dos depoimentos irrefutáveis das vítimas que, além de realizarem o reconhecimento dos réus na polícia, ainda narraram com segurança que o Recorrente tinha participado da ação delituosa que sofreram, bem como, pelas demais provas coligidas nos autos, tais como, os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão do Apelante e de seus comparsas.

Senão vejamos.

Os policiais militares, Emílio Erasmo de Souza Filho e Edvaldo Rodrigues Gomes, foram aqueles que fizeram a abordagem e prisão do ora Recorrente e dos outros denunciados, ao prestarem depoimento, às fls. 175/176 e 254, respectivamente, confirmaram o fato descrito na inicial acusatória. O primeiro narrou que quando chegou com a viatura no lugar em que os Réus colidiram com outro veículo, os detidos estavam sendo acusados de assalto, confirmando que realmente o carro em que os mesmo estavam era produto de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



roubo e, que tomou ciência que após o sinistro os Acusados tentaram fugir de local, e que os populares o detiveram. Já o segundo policial, além de corroborar com as narrativas do primeiro ainda acrescentou que teria sido ele o policial que havia perseguido o denunciado Reginaldo Antônio, asseverando que os outros Acusados foram detidos pelos populares. Adiantou também que os réus afirmaram que aquele carro, os mesmos haviam recebido emprestado de um desconhecido, porém, a notícia que chegou através da polícia, no local da colisão, era que aquele veículo tinha sido roubado no bairro de Campo Grande.

A prova concreta que aponta a participação do Recorrente DIOGENES GALDINO DA SILVA, no delito em questão, foi extraída dos depoimentos da vítima, Flávio dos Santos Valença (fls. 11 e 174/175), que passarei a transcrever:

"que por volta das 19:00 estava saindo do seu prédio quando foi abordado, já dentro do seu carro, por 4 elementos que pararam o carro onde os elementos estavam ao lado do carro do declarante em sentido contrário; que o declarante estava acompanhado de seu cunhado; que o seu carro era um Fiat Palio 2006; que os 4 elementos desceram, estando um deles armado e apontando a arma para o declarante; que, o declarante e seu cunhado desceram do carro com as mãos para cima; que foi roubado do declarante seus dois celulares, que estavam em seu bolso e o assaltante armado pediu, como também a sua carteira, documentos do banco, plano de saúde, RG, CPF; que só a habilitação foi recuperada; que os dois elementos que desceram do carro abordaram diretamente o declarante e o seu cunhado; que os outros dois, que continuavam no carro, ou seja, no carro dos assaltantes, desceram do carro e não participaram diretamente da abordagem, porém passaram para o banco de trás do carro do declarante e os outros dois, um assumiu a direção e outro ficou no banco do carona; que daí levaram o seu carro; que abandonaram o carro em que estavam; que acharam seu carro às 05:00 do outro dia em uma colisão no parque da jaqueira; que a polícia prendeu os quatro; que um era menor; que o carro deu perda total, pois foi uma colisão frontal; que na polícia reconheceu os quatro como sendo os autores do assalto sofrido; que tem certeza que na polícia reconhece os 4 como os autores do assalto; que o que estava com a arma foi o acusado Eudes, e o reconheceu na delegacia; que o que estava dirigindo era o acusado Reginaldo; que o Diógenes foi o que ficou atrás e apenas trocou de carro e ficou no banco de trás do carro do declarante; que não se recorda se Diógenes apresentava sinais de embriaguez".

Já a vítima Péricles Rodrigues Gouveia, prestou depoimento, às fls. 12 e 175, confirmando os fatos em consonância



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



com o seu cunhado também vítima Flávio, inclusive, asseverando que o ora Apelante estava na companhia dos demais Réus, bem como, confirmou também que fez o reconhecimento dos mesmos na delegacia, inclusive, determinou as tarefas que cada um dos Acusados desempenhou.

A tese defensiva de que inexistente prova de autoria do delito com relação ao Apelante, deverá ser afastada com garantia, em face das provas harmônicas produzidas nos autos, pois como pode o ora Acusado alegar que apenas pegou uma carona com os denunciados Eudes e Reginaldo, sem saber qual seria o destino que os mesmos iriam tomar. Além disso, se levarmos em consideração que o Apelante estivesse falando a verdade, de ter pegado somente uma carona no momento que antecedeu ao assalto, o que estaria ele fazendo ainda na manhã do dia seguinte, durante a colisão, na companhia dos outros Acusados.

Apesar dos apelos defensivos em afirmar que não existem provas da autoria delitiva imputada aos Recorrentes, sabe-se que, em crimes patrimoniais, o entendimento que impera é no sentido de que a palavra da vítima é preciosa, sempre aspirando dizer a verdade sobre seu autor, porque não teria razão alguma os ofendidos para incriminar quem quer que seja sem nenhuma razão justificada.

Passo a colacionar jurisprudência pátria semelhante ao caso concreto:

“Em delitos de furto e roubo é manifesta a relevância probatória da palavra da vítima, especialmente quando descreve, com firmeza, a cena criminosa e reconhece, com firmeza, o meliante” (TACRIM- SP- AC – Rel. P. Costa Manso – JUTACRIM 82/226)

Nos crimes em que existe a co-autoria, não se exige que todos os co-autores tenham o mesmo comportamento, cada um pode dar sua contribuição na divisão das tarefas, como acontece em uma empreitada criminosa. Ressalte-se que o co-autor é aquele que de qualquer modo, concorre para o crime, ficando o mesmo sujeito às sanções a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, como assim prevê o art. 29, do CP. Logo, uma vez que as provas coligidas evidenciam que o ora Apelante estava na companhia dos outros co-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



réus, e participou do crime objeto destes autos, mesmo que não tenha abordado as vítimas, estava ali dando apoio na realização deste, eis que assumiu também toda a responsabilidade pelos atos cometidos, ansiando conjuntamente pelo mesmo resultado.

Portanto, a autoria delituosa do ora Recorrente, embora negada durante todo o processo, encontra-se confirmada pelas afirmações firmes e seguras das vítimas.

No que se refere ao pleito do Apelante DIOGENES GALDINO DA SILVA, para diminuição da reprimenda aplicada por entendê-la exagerada, e também, em face da não aplicação da atenuante da menoridade, entendo que referido pedido merece prosperar parcialmente.

No tocante ao alegado exagero na fixação da reprimenda, observo que não assiste razão ao ora Apelante, eis que não se vislumbra nenhum excesso no estabelecimento da dosimetria da pena, ao passo que a definição da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão, ou seja, um ano acima do mínimo permitido, foi justificada corretamente com relação à análise das circunstâncias judiciais pertinentes ao art. 59, do Código Penal. Das 08 (oito) circunstâncias judiciais, 03 (três) delas se encontram desfavoráveis ao Acusado, tais como, personalidade, consequências e comportamento da vítima, o que autoriza efetivamente a elevação da pena-base acima do mínimo legal para o tipo penal em questão.

Já quanto a não aplicação da atenuante da menoridade, ressalto que o Juízo "a quo" foi impreciso neste aspecto já que na época do delito, segundo os autos, o Recorrente era menor de 21 anos, uma vez que o delito ocorreu em 06.09.2009 e, o seu nascimento foi em 10.06.1989. Por isso, faz-se necessário realizar um novo redimensionamento com a devida aplicação da atenuante.

Quanto ao delito previsto no art. 157, § 2º, inciso I, II, do Código Penal, entendo que o Juiz prolator, após o exame das circunstâncias judiciais do Acusado prevista no art. 59, do Código Penal, aplicou a pena-base, ajustada e ponderada, e em vista disso, mantenho a sua fixação em 05 (cinco) anos de reclusão, devendo esta ser atenuada em 06 (seis) meses, em face da atenuante prevista pelo art. 65, inciso I, do Código Penal, resultando numa pena



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



provisória de **04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, a
mínima de outras atenuantes e agravantes a serem aplicadas.

Conservo o aumento da pena de $\frac{2}{5}$ (um terço) fixado
pelo Juízo de 1º Grau em face das duas qualificadoras previstas nos
incisos I, II, do art. 157, do Código Penal, tornando a pena definitiva
em **06 (seis) anos, 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão**.

Em razão do concurso formal de roubos, em
conformidade com o art. 70, do CP, deverá também ser mantido o
aumento da sanção em $\frac{1}{6}$ (um sexto), totalizando uma pena
definitiva de **07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias de
reclusão**.

Ante o exposto, voto pelo **provimento parcial** do
Recurso interposto pelo Acusado **DIOGÊNES GALDINO DA SILVA**,
para modificar a decisão somente no que se refere ao reconhecimento
da atenuante da menoridade, nos termos acima definidos.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor